



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Planejamento e Orçamento - Órgão Superior

Brasília-DF
Março/2024

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	5
NOTAS EXPLICATIVAS.....	18
BALANÇO PATRIMONIAL.....	22
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO	22
NOTA 03 - IMOBILIZADO	24
NOTA 04 - INTANGÍVEL.....	26
NOTA 05 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	27
NOTA 06 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	27
NOTA 07 – DEMAIS OBRIGAÇÕES	27
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	29
NOTA 08 – RESULTADO PATRIMONIAL.....	29

MINISTRA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Simone Tebet

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Gustavo José de Guimarães e Souza

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVO

Cilair Rodrigues de Abreu

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza – Coordenador de Informação Contábil

Alexandre Gomes Oliveira – Chefe de Divisão de Informação Contábil

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de janeiro de 2019, a Medida Provisória nº 870, convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Em 1º de janeiro de 2023, o Ministério do Planejamento e Orçamento foi recriado através da Medida Provisória nº 1.154, convertida na Lei nº 14.600, essa Lei estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Constituem áreas de competência do Ministério do Planejamento e Orçamento:

- I - elaboração de subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional;
- II - avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e dos programas do Governo federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;
- III - elaboração de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;
- IV - elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais;
- V - viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo;
- e
- VI - formulação de diretrizes, acompanhamento e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MPO relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br>

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O novo arranjo vem ao encontro da modernização da Administração Pública, além de possibilitar maior integração entre os órgãos e prestação de serviços mais ágeis e eficientes.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Planejamento e Orçamento; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

EXERCICIO 2024	PERIODO MAR (Fechado)
-------------------	--------------------------

EMISSAO 29/04/2024	PAGINA 1
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	273.670.148,93	270.226.869,01	PASSIVO CIRCULANTE	491.855.815,74	471.474.654,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	230.826.806,66	215.938.061,12	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	189.523.409,08	166.074.969,98
Créditos a Curto Prazo	31.882.062,47	42.872.443,60	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	33.092.690,13	44.053.848,72	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	157.836.617,28	150.130.191,17
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1.210.630,66	-1.181.205,12	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.458,60	635.432,34
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	10.961.280,80	11.416.364,29	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	144.489.330,78	154.634.061,42
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	623.845.132,85	635.195.831,76	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	43.944,70	108.790,61
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.227.296,57	4.178.599,11	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	4.227.296,57	4.178.599,11	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	5.637.980,60	5.600.411,83	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.420.828,11	1.420.828,11	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-2.831.490,14	-2.842.840,83	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	43.944,70	108.790,61
Participações Permanentes	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	491.899.760,44	471.583.445,52
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-		2023	2022
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	32.074.848,01	32.074.848,01
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	373.540.673,33	401.764.407,24
Imobilizado	584.670.098,10	596.007.669,30	Resultado do Exercício	-36.328.752,57	2.898.255.215,47
Bens Móveis	210.197.817,07	221.675.738,72	Resultados de Exercícios Anteriores	409.883.852,78	-2.495.947.168,54
Bens Móveis	607.569.909,32	610.953.853,39	Ajustes de Exercícios Anteriores	5.573,12	-543.639,69
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-397.372.092,25	-389.278.114,67	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.615.521,34	433.839.255,25
Bens Imóveis	374.472.281,03	374.331.930,58			
Bens Imóveis	378.064.992,21	378.526.352,12			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.192.711,18	-4.194.421,54			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	34.947.738,18	35.009.563,35			
Softwares	34.947.738,18	35.009.563,35			
Softwares	50.454.103,22	50.145.003,22			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSION 29/04/2024	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-15.508.385,04	-15.135.439,87			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	897.515.281,78	905.422.700,77	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	897.515.281,78	905.422.700,77

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	230.838.506,91	215.938.061,12	PASSIVO FINANCEIRO	1.114.537.178,05	444.316.766,12
ATIVO PERMANENTE	666.676.774,87	689.484.639,65	PASSIVO PERMANENTE	172.340.700,18	139.624.912,44
SALDO PATRIMONIAL	389.362.596,45		SALDO PATRIMONIAL		321.481.022,21

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	75.250.598,96	79.337.018,88	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	398.976.591,01	370.169.093,93
Atos Potenciais Ativos	75.250.598,96	79.337.018,88	Atos Potenciais Passivos	398.976.591,01	370.169.093,93
Garantias e Contragarantias Recebidas	11.721.463,62	11.302.808,42	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	63.529.135,34	68.034.210,46	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	34.502.397,48	15.611.197,48
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	364.474.193,53	354.557.896,45
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	75.250.598,96	79.337.018,88	TOTAL	398.976.591,01	370.169.093,93

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-811.825.470,98
Recursos Vinculados	-71.873.200,16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
-------------------	--------------------------

EMIÇÃO 29/04/2024	PÁGINA 3
----------------------	-------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Seguridade Social (Exoeto Previdência)	1.387.294,95
Previdência Social (RPPS)	-43.438.424,33
Dívida Pública	-55.862.531,23
Fundos, Órgãos e Programas	25.840.480,45
TOTAL	-883.698.671,14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.261.151.786,36	3.385.876.154,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.033.465,16	97.422,51
Venda de Mercadorias	26.409,89	41.955,95
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.007.055,27	55.466,56
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	521.738,06	113.014.467,93
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	12,27	418,77
Variações Monetárias e Cambiais	-	112.400.690,09
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	521.725,79	613.359,07
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.251.806.298,01	3.256.589.953,12
Transferências Intragovernamentais	2.248.871.227,73	3.234.261.488,89
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.935.070,28	22.328.466,23
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	2.811.411,19	14.592.662,35
Reavaliação de Ativos	-	6.289.676,51
Ganhos com Alienação	108.325,28	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	131.958,56	2.026.627,97
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.571.127,37	6.276.357,87
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.978.873,94	1.581.648,46
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024 PERÍODO MAR (Fechado)

EMISSÃO 29/04/2024 PÁGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	13.620,74	13.484,67
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.965.253,20	1.568.163,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.297.480.538,93	2.907.105.199,01
Pessoal e Encargos	351.090.975,12	540.690.794,87
Remuneração a Pessoal	270.420.273,71	418.317.664,81
Encargos Patronais	53.146.373,29	88.688.102,33
Benefícios a Pessoal	26.562.917,65	34.714.750,32
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	981.410,47	980.277,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	394.934.529,88	372.681.055,37
Aposentadorias e Reformas	312.280.854,01	294.068.296,14
Pensões	77.713.878,31	73.742.299,29
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.939.797,58	4.840.459,94
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	66.279.023,67	168.627.187,25
Uso de Material de Consumo	4.138.364,60	10.874.324,93
Serviços	49.291.382,17	145.180.909,89
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.849.296,90	12.591.952,43
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	249.704,67	4.357.054,46
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	249.608,83	408.108,84
Variações Monetárias e Cambiais	56,84	3.858.897,82
Descontos Financeiros Concedidos	39,00	48,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.456.469.731,22	1.810.346.491,00
Transferências Intragovernamentais	1.099.599.340,78	1.569.950.649,50
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	353.538.855,84	192.149.783,15
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.331.734,60	48.246.058,35
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	24.251.911,07	5.491.589,08
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	31.909,59	50.608,01
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	173.197,48	447.997,87
Incorporação de Passivos	5.459.800,33	1.311.050,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024 PERÍODO MAR (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS

EMISSÃO 29/04/2024

PAGINA 3

SUBTÍTULO 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E

ORGAO SUPERIOR 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Desincorporação de Ativos	18.587.003,89	3.681.932,63
Tributárias	247.708,85	296.894,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	112.519,83	142.171,29
Contribuições	135.189,02	154.722,93
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	10.976,49	13.610,33
Custo das Mercadorias Vendidas	10.976,49	13.610,33
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.945.977,96	4.600.522,43
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.431.125,10	2.880.364,09
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	514.852,86	1.720.158,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-36.328.752,57	478.770.955,36

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2024	2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSION 29/04/2024	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.151.444,99	17.621.916,87
INGRESSOS	2.256.619.700,43	3.239.398.544,53
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	154.386,56	57.894,96
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.812.501,98	-342.382,82
Remuneração das Disponibilidades	504.362,70	628.799,68
Outras Receitas Derivadas e Originárias	87.999,48	53.200,57
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.253.060.449,71	3.239.001.032,14
Ingressos Extraorçamentários	2.285.077,83	3.753.224,77
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	37.147,15	8.357,78
Transferências Financeiras Recebidas	2.248.871.227,73	3.234.261.486,89
Arrecadação de Outra Unidade	1.858.071,47	943.915,38
Demais Recebimentos	208.925,53	34.047,34
DESEMBOLSOS	-2.257.771.145,42	-3.221.776.627,66
Pessoal e Demais Despesas	-751.285.231,16	-1.012.299.491,46
Legislativo	-	-
Judiciário	-16.120,00	-23.700,00
Essencial à Justiça	-	-39.300,00
Administração	-376.859.049,20	-672.685.738,36
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-214.234,46	-239.592,50
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-518.873,52	-
Previdência Social	-370.427.650,07	-338.973.608,21
Saúde	-3.019.233,68	-81.216,77
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-444.784,20	-31.950,87
Direitos da Cidadania	-323.578,83	-663.665,63
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-8.800,79
Ciência e Tecnologia	-13.924,28	-17.288,31
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

	2024	2023
Organização Agrária	-	-
Indústria	-21.348,00	-38.293,55
Comércio e Serviços	-	-20.005,14
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-35.111,90	-33.014,97
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	609.574,98	554.693,64
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-404.352.001,78	-635.076.258,76
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-51.697.203,76	-109.872.146,86
Outras Transferências Concedidas	-352.654.798,02	-525.204.111,90
Outros Desembolsos Operacionais	-1.102.133.912,48	-1.574.400.877,44
Dispêndios Extraorçamentários	-2.534.571,70	-4.266.180,76
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-184.047,18
Transferências Financeiras Concedidas	-1.099.599.340,78	-1.569.950.649,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.776.461,88	-2.652.081,31
INGRESSOS	246.727,00	-
Alienação de Bens	246.727,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.023.188,88	-2.652.081,31
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.711.910,88	-2.582.446,24
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-311.278,00	-69.635,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.927.906,87	14.969.835,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	233.754.712,53	239.170.988,93
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	230.826.805,66	254.140.824,49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.809.966,00	1.809.966,00	3.569.250,72	1.749.284,72
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.717.823,00	1.717.823,00	658.749,26	-1.059.073,74
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	248.325,00	248.325,00	154.386,56	-93.938,44
Valores Mobiliários	1.469.498,00	1.469.498,00	504.362,70	-965.135,30
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	89.933,00	89.933,00	2.812.501,98	2.722.568,98
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.933,00	89.933,00	2.812.501,98	2.722.568,98
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	2.210,00	2.210,00	87.999,48	85.789,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	80.953,68	80.953,68
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	2.210,00	2.210,00	7.045,80	4.835,80
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	246.727,00	246.727,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	246.727,00	246.727,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	246.727,00	246.727,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.809.966,00	1.809.966,00	3.805.977,72	1.996.011,72
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.809.966,00	1.809.966,00	3.805.977,72	1.996.011,72
DEFICIT			1.804.680.900,51	1.804.680.900,51
TOTAL	1.809.966,00	1.809.966,00	1.808.486.878,23	1.806.676.912,23
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-124.992.598,00	-	124.992.598,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-124.992.598,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	14.766.094.461,00	14.681.566.927,00	1.808.367.539,43	1.093.969.460,57	860.233.247,46	12.873.199.387,57
Pessoal e Encargos Sociais	9.829.678.036,00	9.783.105.932,00	1.083.201.623,31	670.235.667,45	456.412.779,41	8.699.904.308,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.936.416.425,00	4.898.460.995,00	725.165.916,12	423.733.793,12	403.820.468,05	4.173.295.078,88
DESPESAS DE CAPITAL	661.685.120,00	621.220.056,00	119.338,80	2.100,00	2.100,00	621.100.717,20
Investimentos	31.090.864,00	31.090.864,00	119.338,80	2.100,00	2.100,00	30.971.525,20
Inversões Financeiras	630.594.256,00	590.129.192,00	-	-	-	590.129.192,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	15.427.779.581,00	15.302.786.983,00	1.808.486.878,23	1.093.971.560,57	860.235.347,46	13.494.300.104,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	15.427.779.581,00	15.302.786.983,00	1.808.486.878,23	1.093.971.560,57	860.235.347,46	13.494.300.104,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

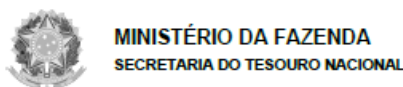
DESPEZA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	15.427.779.581,00	15.302.786.983,00	1.808.486.878,23	1.093.971.560,57	860.235.347,46	13.494.300.104,77

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	109.859.988,91	59.294.751,11	26.419.327,51	23.836.565,14	2.247.828,21	143.070.346,67
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.084.101,28	236.313,81	236.313,81	-	847.787,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	109.859.988,91	58.210.649,83	26.183.013,70	23.600.251,33	2.247.828,21	142.222.559,20
DESPEAS DE CAPITAL	485.044,03	22.328.912,02	2.165.959,44	2.021.088,88	73.715,48	20.719.151,69
Investimentos	485.044,03	22.328.912,02	2.165.959,44	2.021.088,88	73.715,48	20.719.151,69
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	110.345.032,94	81.623.663,13	28.585.286,95	25.857.654,02	2.321.543,69	163.789.498,36

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	20.184,83	273.152.416,36	272.176.995,32	15.803,08	979.802,79
Pessoal e Encargos Sociais	16.987,87	255.490.672,04	255.396.987,26	-	110.672,65
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.196,96	17.661.744,32	16.780.008,06	15.803,08	869.130,14
DESPEAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	20.184,83	273.152.416,36	272.176.995,32	15.803,08	979.802,79



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGAO SUPERIOR	47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	3.805.977,72	397.512,39	Despesas Orçamentárias	1.808.486.878,23	1.220.436.580,83
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.754.248.067,96	690.599.904,40
Vinculadas	3.914.766,05	946.640,48	Vinculadas	54.238.810,27	529.836.676,43
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.138.931,27	1.571.800,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.914.766,05	946.570,68	Previdência Social (RPPS)	51.642.879,00	507.423.258,94
Recursos Não Classificados	-	69,80	Dívida Pública	-	20.109.197,49
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-108.788,33	-549.128,09	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	457.000,00	732.420,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.248.871.227,73	3.234.261.486,89	Transferências Financeiras Concedidas	1.099.599.340,78	1.569.950.649,50
Resultantes da Execução Orçamentária	2.091.898.137,73	1.766.075.746,41	Resultantes da Execução Orçamentária	1.051.727.302,72	917.401.568,18
Cota Recebida	1.036.632.119,12	872.930.262,46	Repasso Concedido	628.734.269,78	789.140.735,44
Repasso Recebido	632.072.985,67	791.884.651,21	Sub-repasso Concedido	422.950.999,13	101.260.832,74
Sub-repasso Recebido	422.950.999,13	101.260.832,74	Cota Devolvida	-	27.000.000,00
Repasso Devolvido	42.033,81	-	Repasso Devolvido	42.033,81	-
Independentes da Execução Orçamentária	157.173.090,00	1.468.185.740,48	Independentes da Execução Orçamentária	47.872.038,06	652.549.081,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	71.328.804,56	1.467.537.295,79	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	46.094.188,03	651.259.936,04
Demais Transferências Recebidas	17.993.040,00	-	Demais Transferências Concedidas	6.850,00	25.879,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	67.851.245,44	648.444,69	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.771.002,03	1.263.268,28
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	953.050.327,73	581.392.752,51	Pagamentos Extraorçamentários	300.569.221,04	1.010.694.685,90
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	233.736.213,11	184.165.866,96	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	272.176.995,32	268.711.972,53
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	714.515.317,66	391.932.646,66	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25.857.654,02	737.532.485,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.285.077,83	3.753.224,77	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.534.571,70	4.266.180,76
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.513.719,13	1.541.014,12	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	184.047,18
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	609.574,98	554.693,64	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	184.047,18
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	37.147,15	8.357,78			
Arrecadação de Outra Unidade	1.658.071,47	943.915,36			
Demais Recebimentos	208.925,53	34.047,34			
Saldo do Exercício Anterior	233.754.712,53	239.170.988,93	Saldo para o Exercício Seguinte	230.826.805,66	254.140.824,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	233.754.712,53	239.170.988,93	Caixa e Equivalentes de Caixa	230.826.805,66	254.140.824,49
TOTAL	3.439.482.245,71	4.055.222.740,72	TOTAL	3.439.482.245,71	4.055.222.740,72



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2024

PERÍODO
MAR (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS

EMISSÃO
29/04/2024

PAGINA
1

SUBTÍTULO 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E

ORGAO SUPERIOR 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	-2.476.338.928,40	-	-	-2.476.338.928,40
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	288.407,04	-543.988,88	-	-	-255.581,84
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	31.786.440,97	-19.608.240,14	-	-	12.178.200,83
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	348,99	-	-	348,99
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.898.255.215,47	-	-	2.898.255.215,47
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	32.074.848,01	401.764.407,24	-	-	433.839.255,25

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	32.074.848,01	409.883.852,78	-	-	441.938.700,79
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	5.573,12	-	-	5.573,12
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-36.328.752,57	-	-	-36.328.752,57
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	32.074.848,01	373.540.873,33	-	-	405.615.521,34

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MPO.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MPO administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MPO, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

E) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União,

suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023.

Reavaliação

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- I. Sejam aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil;
- II. Houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros; e IV.
- IV. A data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Contudo, a partir da edição da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 2023, tal atualização se dará após implementação da funcionalidade nos sistemas corporativos da SPU.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da

depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

F) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. Fornecedores e contas a pagar;
- iii. Demais obrigações.

G) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de

serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Déficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

H) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MPO:

Gabinete da Ministra

Secretaria Executiva

Assessoria Especial de Controle Interno

Assessoria Especial de Comunicação Social

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

Secretaria de Articulação Institucional

Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Secretaria Nacional de Planejamento

Secretaria de Orçamento Federal

ÓRGÃO SUPERIOR

MPO

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | IBGE

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | IPEA

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa	29.100.459	-	209.383.251	203.094.232
Bancos	-	-	21.443.554	12.843.829
Total	29.100.459	-	230.826.806	215.938.061

Circulante	29.100.459	0	230.826.806	215.938.061
Não Circulante	-	-	-	-

1.1 Caixa

A conta de Caixa é composta exclusivamente pelo Limite de Saque.

1.2 Bancos

Bancos	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Tesouro Nacional	-	-	21.168.544	12.358.575
Demais Contas	-	-	275.011	485.254
Total	-	-	21.443.554	12.843.829

Circulante	-	-	21.443.554	12.843.829
Não Circulante	-	-	-	-

Os bancos em moeda Nacional são compostos pelo somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB) e dos valores disponíveis em outros bancos, bem como os seus equivalentes.

A subconta Tesouro Nacional é destinada aos recebimentos e pagamentos da Administração Pública Federal em geral.

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Dívida Ativa

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	5.637.967	5.600.412
Subtotal	-	-	5.637.967	5.600.412
(-) Ajuste para Perdas	-	-	- 2.210.076	- 2.221.313
Total	-	-	3.427.890	3.379.099

Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	3.427.890	3.379.099

2.1.1 Dívida Ativa - IPEA

O grupo de Dívida Ativa não Tributária abarca os procedimentos de inscrição em Dívida Ativa, os valores já registrados e as provisões para perdas realizáveis a longo prazo. Além do valor principal, a Dívida Ativa compreende a atualização monetária, juros, multas e demais encargos previstos.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	31/03/2024	31/12/2023
Dívida Ativa Não Tributária	2.875.371	2.823.771
Total	2.875.371	2.823.771

Circulante	-	-
Não Circulante	2.875.371	2.823.771

No primeiro trimestre de 2024, foi observada uma variação de 7% em relação ao a 2023. Além disso, durante este período, o grupo Ativo Realizável a Longo Prazo representa 16% do Ativo não Circulante e 6% do Ativo Total do órgão.

2.1.2 Dívida Ativa - IBGE

Nessa conta, constam os valores relativos aos créditos do IBGE contra terceiros, provenientes de créditos não tributários.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	31/03/2024	31/12/2023
Dívida Ativa Não Tributária	2.762.595	2.776.641
Subtotal	2.762.595	2.776.641
(-) Ajuste para Perdas	- 2.210.076	- 2.221.313
Total	552.519	555.328

Circulante	-	-
Não Circulante	552.519	555.328

A conta de Dívida Ativa apresentou registros de baixa nas Superintendências Estaduais do Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O ajuste da conta de Ajuste para Perdas é realizado anualmente, no final do exercício. Os registros efetuados nessa conta ao longo do 1º trimestre acompanharam os créditos que foram baixados.

2.2 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Adiantamento TED	891.839	891.839	6.669.611	24.658.411
Créditos por Dano ao Patrimônio	-	-	6.178.323	5.321.520
Suprimento de Fundos	-	-	1.030.714	90.938
Adiantamento Concedidos a Pessoal	10.109.393	-	19.980.520	14.755.010
Demais	-	-	654.359	648.599
Subtotal	11.001.233	891.839	34.513.527	45.474.477
(-) Ajuste para Perdas	-	-	- 1.832.059	- 1.802.533
Total	11.001.233	891.839	32.681.469	43.671.943

Circulante	11.001.233	891.839	31.882.062	42.872.444
Não Circulante	-	-	799.406	799.500

2.2.1 Adiantamento - TED

A conta Adiantamento – TED (Termo de Execução Descentralizada) é composta por valores transferidos para a Enap para realização de projeto de transformação governamental para construção colaborativa de propostas de conteúdo para os atributos dos programas do PPA 2024-2027.

2.2.2 Demais Créditos - IBGE

Compreendem os direitos a receber relacionados, principalmente, com créditos por dano ao patrimônio, adiantamentos TED, suprimento de fundos, adiantamentos concedidos.

Demais Créditos e Valores	31/03/2024	31/12/2023
Adiantamento Concedidos a Pessoal	9.854.217	12.812.825
Créditos por Dano ao Patrimônio	6.178.323	5.321.520
Adiantamento TED	5.777.771	23.766.571
Suprimento de Fundos	1.022.714	90.938
Demais	573.523	528.350
Subtotal	23.406.548	42.520.204
(-) Ajuste para Perdas	- 1.832.059	- 1.802.533
Total	21.574.490	40.717.671

Circulante	20.775.084	39.918.171
Não Circulante	799.406	799.500

Os adiantamentos concedidos a pessoal se referem aos adiantamentos de 13º salário, férias e salários antecipados e apresentaram uma redução de 23,09% em relação a dezembro de 2024.

Os créditos por danos ao patrimônio são um dos maiores responsáveis pelo saldo deste grupo. O IBGE possui valores escriturados em créditos administrativos no curto e no longo prazo. Esses valores são registrados conforme orientação de processo administrativo no qual foi apurado o dano ao erário e seu respectivo responsável. De todos os créditos registrados, os relacionados à folha de pagamento são os mais relevantes representando 70,63% desse grupo em 31.03.2024.

Com relação ao ajuste para perdas, em atendimento aos princípios da oportunidade e da prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da entidade. Para melhor evidenciação desse ativo, o procedimento adequado em termos contábeis é a constituição de uma estimativa de perda sobre os valores inscritos em Créditos Administrativos e Dívida Ativa.

O ajuste está embasado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluiu o procedimento nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A constituição da Estimativa de Perdas é realizada conforme critério definido e publicado na Nota Técnica GContábil nº 01/2021 que regulamenta as Normas sobre os Registros de Ajustes para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa.

As principais descentralizações contempladas na conta de Adiantamento de TED são as efetuadas para a Secretaria de Comunicação Social – SECOM e para a Coordenação Reg. Kayapo Sul do Pará/PA, que estão com prazo de vigência vencido e pendentes de recebimento da prestação de contas. Além dessas, estão contempladas também uma descentralização para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e uma para a Universidade Federal de Goiás, ambas com prazo vigente.

No item suprimento de fundos, o regime de adiantamento, é realizado através do Cartão de Pagamento do Governo Federal-CPGF permanecendo o montante de R\$ 1.022.714 em março de 2024, cujas prestações de contas ainda estão em aberto. Ressalta-se que desse montante, o maior responsável é a Superintendência Estadual de São Paulo. Estes valores são autorizados aos supridos para execução de despesas de pequeno vulto nas modalidades Saque e Fatura. Durante a execução, estes valores permanecem no ativo, até a apresentação da prestação de contas e de sua plena aplicação dos valores, momento em que são baixadas as responsabilidades.

2.3 (-) Ajustes para Perdas

Na tabela a seguir fica sintetizado os valores registrados de ajustes para perdas nas contas do grupo de créditos a receber a curto e longo prazos.

(-) Ajuste para Perdas	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	-	-	- 2.210.076	- 2.221.313
Demais Créditos e Valores	-	-	- 1.832.059	- 1.802.533
Total	-	-	- 4.042.135	- 4.023.846
Circulante	-	-	- 1.210.637	- 1.181.205
Não Circulante	-	-	- 2.831.498	- 2.842.641

NOTA 03 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material) que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Imobilizado	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Custo	12.056.351	12.128.768	607.569.909	610.953.853
(-) Depreciação	- 9.795.349	- 9.808.538	- 397.372.092	- 389.278.115
Bens Móveis	2.261.002	2.320.231	210.197.817	221.675.739
Custo	-	-	378.664.992	378.526.352
(-) Depreciação	-	-	- 1.169.772	- 1.099.079
(-) Amortização	-	-	- 3.022.939	- 3.095.343
Bens Imóveis	-	-	374.472.281	374.331.931
Total	2.261.002	2.320.231	584.670.098	596.007.669
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	2.261.002	2.320.231	584.670.098	596.007.669

3.1 Bens Móveis

Os bens móveis são registrados e gerenciados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), totalmente integrado com o SIAFI. O detalhamento completo dos bens móveis a nível de Órgão Superior encontra-se disponível no anexo I no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>.

3.1.1 Depreciação

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes; e
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Essas definições originam-se da necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis, viabilizando a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União - BGU dos critérios adotados para depreciação.

3.1.2 Reavaliação

De acordo com o Manual SIAFI na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, as reavaliações devem ser realizadas

utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

- i. Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
- ii. A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.

Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa. Deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da reavaliação dos Bens Móveis registrados no seu ativo.

3.1.3 Redução ao Valor Recuperável

De acordo com a supracitada Macrofunção 020335, entende-se por redução ao valor recuperável a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Ou seja, caso o valor contábil de um ativo apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está em imparidade (impairment). O valor da perda deverá ser estimado por meio de testes de recuperabilidade.

O valor de um bem deve ser reduzido ao valor recuperável se alguma das situações abaixo for verdadeira:

- i. Cessaçã total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- ii. Diminuição significativa, de longo prazo, das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- iii. Dano físico do bem;
- iv. Mudanças significativas, de longo prazo, com efeito adverso na entidade, ocorreram ou estão para ocorrer no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera;
- v. Mudanças significantes, de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer na extensão ou maneira da utilização do bem. Essas modificações incluem a ociosidade do bem, planos para descontinuar ou reestruturar a operação no qual ele é utilizado, ou planos de se desfazer do bem antes da data previamente estimada;
- vi. É decidido interromper a construção de um bem antes que o mesmo esteja em condições de uso;

- vii. Há indicação de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado;
- viii. Durante o período, o valor de mercado de um bem caiu significativamente, mais do que seria esperado pela passagem do tempo ou uso normal.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens móveis registrados no seu ativo.

3.2 Bens Imóveis

Os imóveis de uso especial são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI, exceto quanto à depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado à STN. O detalhamento completo dos bens imóveis encontra-se disponível **no anexo I** no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acao-a-informacao/demonstracoes-contabeis>.

3.2.1 Depreciação

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessã, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
 n = vida útil da acessã
 x = vida útil transcorrida da acessã

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

3.2.2 Reavaliação

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- I. Sejam aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil;
- II. Houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinação, entre outros; e
- IV. A data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

3.2.3 Redução ao Valor Recuperável

Conforme descrito no tópico correspondente dos Bens Móveis, os procedimentos para redução ao valor recuperável são os mesmos para todo o ativo Imobilizado.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens imóveis registrados no seu ativo.

3.2.4 Imobilizado - IBGE

Em 31/03/2024, o IBGE apresentou um saldo de imobilizado de R\$ 570.411.371,10. Os Bens Móveis reduziram 0,62% ao longo do 1º trimestre de 2024. Este fato se deve, principalmente, a baixas por doações nos grupos de Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Veículos de Tração Mecânica.

Com relação aos Bens Imóveis, houve uma variação positiva de 0,04%. Esse aumento de saldo foi devido, principalmente, ao registro da obra realizada na Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul.

NOTA 04 - INTANGÍVEL

O intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Intangível	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Custo	-	-	50.454.103	50.145.003
(-) Amortização	-	-	15.506.365	15.135.440
Total	-	-	34.947.738	35.009.563
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	34.947.738	35.009.563

A metodologia para amortização dos bens com vida útil definida tem como base de cálculo o custo do ativo intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o de quotas constantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida deve ser realizada de forma prospectiva.

O detalhamento completo do intangível encontra-se disponível no anexo I no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>.

4.1 Intangível - IPEA

Os Bens Intangíveis do IPEA, até 31 de março de 2024, totalizam mais de R\$ 3 milhões, compreendendo principalmente softwares. No primeiro trimestre de 2024, a amortização acumulada de softwares em uso totalizou R\$ - 9.463.327,83, enquanto os softwares em fase de desenvolvimento apresentam um valor de R\$ 187.816,51.

4.2 Intangível - IBGE

O Ativo Intangível do IBGE é composto somente por Softwares. Em 31/03/2024, o IBGE apresentou saldo total na conta de Softwares de R\$ 40.802.959, sendo composto por R\$ 9.864.606 de softwares com vida útil definida, 24,18%, e R\$ 30.938.353 de softwares com vida útil indefinida, 75,82%. Destaca-se que neste 1º trimestre não houve aquisição de softwares.

Com relação a Amortização, o montante de R\$ 9.464.509 corresponde a 95,94% já amortizado dos softwares com vida útil definida.

NOTA 05 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Salários, Remunerações e Benefícios	11.056.146	-	152.391.498	159.103.285
INSS Contribuição - Serviços	2.699.433	-	2.713.244	661
Contribuições a Entidades de Previdência Complementar	441.423	-	735.329	304.661
Benefícios Previdenciários	59.536	-	200.861	128.370
FGTS	373	-	753	380
Férias a pagar	-	-	3.370.135	2.594.334
Benefícios Assistenciais a pagar	-	-	1.306.906	1.327.547
INSS Contribuição - Salários	-	-	3.285	2.615.732
Total	14.256.911	-	189.523.409	166.074.970
Circulante	14.256.911	-	189.523.409	166.074.970
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 06 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Registra os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais, da prestação de serviços e Organismos Internacionais.

Fornecedores e Contas a Pagar	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro	149.052.920	148.169.062	149.052.920	148.169.062
Fornecedores e Contas a Pagar nacional	-	-	8.783.698	1.961.129
Total	149.052.920	148.169.062	157.836.617	150.130.191
Circulante	149.052.920	148.169.062	157.836.617	150.130.191
Não Circulante	-	-	-	-

O maior passivo registrado na rubrica Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro foi com o Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN.

Na tabela a seguir, são destacados os fornecedores e contas pagar com os valores mais representativos:

Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro	31/12/2023	AV%
FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN (ME)	86.745.600	58,20%
UNIAO DAS NACOES SUL-AMERICANAS - UNASUL	53.933.344	36,18%
ESCRITORIO INTERNACIONAL DE EXPOSICOES - BIE (MRE)	1.900.000	1,27%
INSTITUTO DE POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS DO	1.820.134	1,22%
CONVENCAO PARA A CONSERVACAO DE ESPECIES MIGRATORIAS DE	1.165.214	0,78%
CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO IBEROAMERICANA DE JUVENTUDE	1.126.710	0,76%
PROTOCOLO DE NAGOIA SOBRE ACESSO A RECURSOS GENETICOS	920.000	0,62%
INT. COMMISSION FOR THE CONSERVATION OF ATLANTIC TUNAS	564.128	0,38%
ORGANIZACAO LATINO-AMERICANA DE ENERGIA - OLADE (MME)	302.858	0,20%
CONTRIBUICAO AO TRATADO SOBRE O COMERCIO DE ARMAS - TCA	263.935	0,18%
CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS (MRE)	155.922	0,10%
CONTRIBUICAO ASSOCIACAO LATINO AMERICANA DE INTEGRACAO	129.874	0,09%
CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADM E DESENVOLVIMENTO	19.513	0,01%
UNIAO GEODESICA E GEOFISICA INTERNACIONAL	4.794	0,00%
MARCOSUL CONTRIBUICAO AO MERCADO COMUM DO SUL.	893	0,00%
Total	149.052.920	100%

O pagamento dos compromissos da República Federativa do Brasil perante organismos internacionais está a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) e foi pactuado em sete moedas diferentes: dólares americanos, canadense e australiano; euro; libra esterlina; franco suíço; e real. Relativamente a esses compromissos, incide a variação cambial sobre suas parcelas, uma vez que o valor a ser pago em reais pode sofrer elevação ou diminuição, a depender da valorização ou desvalorização da moeda estrangeira convencionada.

A título de referência é apresentado a seguir o montante do Capital a Integralizar em Instituições Financeiras Internacionais – IFI, decorrentes de acordos firmados pela República Federativa do Brasil com organismos internacionais registrado em Contas de Controle:

Capital a Integralizar em Organismos Internacionais	31/03/2024	AV%
CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF (MP)	1.286.798.688	85,49%
FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PR	218.470.403	14,51%
Total	1.505.269.091	100%

NOTA 07 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Demais Obrigações	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Consignações	5.409.966	-	71.519.407	84.309.296
TED	-	-	71.284.690	68.359.974
Demais	80.469	-	1.729.179	167.250
Total	5.490.435	-	144.533.275	152.836.520
Circulante	5.490.435	-	144.489.331	154.634.061
Não Circulante	-	-	43.945	108.791

7.1 Demais Obrigações – IBGE

O grupo de Demais Obrigações compreende as obrigações da entidade com terceiros, principalmente, a apropriação de passivo decorrente de recebimento de financeiro por meio Termo de Execução Descentralizada (TED) que não tiveram o registro da comprovação realizado e consignações.

Demais Obrigações	31/03/2024	31/12/2023
TED	59.570.319	77.608.504
Consignações	57.310.548	53.702.048
Demais	1.673.512	1.023.039
Total	118.554.379	132.333.591
Circulante	118.510.434	132.224.800
Não Circulante	43.945	108.791

As principais variações no grupo de Consignações se deram na conta de IRRF devido ao Tesouro Nacional, que reduziu em comparação com o saldo de dezembro do ano anterior e na conta de Impostos e Contribuições Diversos devidos ao Tesouro que apresentou um aumento no 1º trimestre de 2024.

A variação nas Transferências Financeiras a Comprovar - TED foi referente ao recebimento de financeiro do TED firmado com a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde. Os registros nessa conta são feitos pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes apesar de já ter sido solicitada a atualização da conta após o envio da prestação de contas. Este fato está sinalizado na conformidade contábil do IBGE.

7.2 Demais Obrigações – IPEA

Demais Obrigações	IPEA	
	31/03/2024	31/12/2023
TED	13.974.142	14.657.926
Consignações	6.534.707	6.700.792
Demais	8.000	1.050.543
Total	20.516.848	22.409.261
Circulante	20.516.848	22.409.261

As Transferências Financeiras a Comprovar – TED, são responsáveis por 68% da movimentação desse grupo, apresentaram uma variação negativa de 5% no primeiro trimestre em relação a 31 de dezembro de 2023. Os registros nessa conta contábil são de responsabilidade dos órgãos repassadores.

Por outro lado, as consignações referem-se aos descontos diretos na remuneração dos servidores públicos federais para pagamentos diversos, como empréstimos consignados, planos de saúde e seguros.

Já a conta Demais - Saque – CPGF surge da baixa dos Suprimentos de Fundos ao longo do exercício e permanece pendente até ser liquidada na fatura com vencimento no início do exercício seguinte.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 08 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **março de 2024** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Variação Patrimonial Aumentativa	1.491.938.171	2.201.593.909	2.261.151.786	3.385.876.154
Variação Patrimonial Diminutiva	1.481.512.696	1.702.841.343	2.297.480.539	2.907.105.199
Total	10.425.476	498.752.566	- 36.328.753	478.770.955

8.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MPO e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Aumentativa	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Transferências e Delegações Recebidas	1.490.874.250	2.087.279.154	2.251.806.298	3.256.589.953
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	-	1.914.066	2.811.411	14.592.662
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	112.400.690	521.738	113.014.468
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	21.521	-	1.978.874	1.581.648
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.042.400	-	4.033.465	97.423
Total	1.491.938.171	2.201.593.909	2.261.151.786	3.385.876.154

8.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPO, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Diminutiva	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Transferências e Delegações Concedidas	1.415.597.209	1.698.931.785	1.456.469.731	1.810.346.491
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	223.267	-	394.934.530	372.681.055
Pessoal e Encargos Sociais	65.591.927	-	351.090.975	540.690.795
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	100.293	50.916	66.279.024	168.627.187
Desval. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	-	-	24.251.911	5.491.589
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	3.945.978	4.600.522
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	3.858.642	249.705	4.357.054
Tributárias	-	-	247.709	296.894
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	10.976	13.610
Total	1.481.512.696	1.702.841.343	2.297.480.539	2.907.105.199

8.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Desempenho Financeiro	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
VPA Financeiras	-	112.400.690	521.738	113.014.468
Variações Monetárias e Cambiais	-	112.400.690	-	112.400.690
Rem. de Depósitos Banc. e Aplic. Financeiras	-	-	521.726	613.359
Juros e Encargos de Mora	-	-	12	419
VPD Financeiras	-	- 3.858.642	- 249.705	- 4.357.054
Variações Monetárias e Cambiais	-	- 3.858.642	57	- 3.858.898
Descontos Financeiros Concedidos	-	-	39	48
Juros e Encargos de Mora	-	-	249.609	498.109
Total	-	108.542.048	272.033	108.657.413

8.4 Desempenho não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Desempenho Não Financeiro	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Aumentativa	76.340.962	390.261.434	804.160.317	1.462.515.195
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.042.400	-	4.033.465	97.423
Transferências e Delegações Liquidadas	75.277.041	388.347.369	795.336.567	1.446.243.462
Valoriz. e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos	-	1.914.066	2.811.411	14.592.662
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	21.521	-	1.978.874	1.581.648
Diminutiva	- 65.915.487	- 50.916	- 840.761.103	-1.092.401.654
Pessoal e Encargos	- 65.591.927	-	- 351.090.975	- 540.690.795
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	- 223.267	-	- 394.934.530	- 372.681.055
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	- 100.293	- 50.916	- 66.279.024	- 168.627.187
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	-	-	- 24.251.911	- 5.491.589
Tributárias	-	-	- 247.709	- 296.894
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	- 10.976	- 13.610
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	- 3.945.978	- 4.600.522
Total	10.425.476	390.210.518	- 36.600.786	370.113.542

8.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MPO, não alteram o Patrimônio Líquido.

Variação Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Aumentativa	76.340.962	502.662.124	804.682.055	1.575.529.663
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.042.400	-	4.033.465	97.423
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	112.400.690	521.738	113.014.468
Transferências e Delegações Líquidas	75.277.041	388.347.369	795.336.567	1.446.243.462
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	-	1.914.066	2.811.411	14.592.662
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	21.521	-	1.978.874	1.581.648
Diminutiva	- 65.915.487	- 3.909.559	-841.010.808	-1.096.758.708
Pessoal e Encargos	- 65.591.927	-	-351.090.975	- 540.690.795
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	- 223.267	-	-394.934.530	- 372.681.055
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	- 100.293	- 50.916	- 66.279.024	- 168.627.187
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	- 3.858.642	- 249.705	- 4.357.054
Desvalorização e Perda de Ativos e	-	-	- 24.251.911	- 5.491.589
Tributárias	-	-	- 247.709	- 296.894
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	- 10.976	- 13.610
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	- 3.945.978	- 4.600.522
Resultado Patrimonial do Período	10.425.476	498.752.566	- 36.328.753	478.770.955

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos "Transferências e Delegações Concedidas" e "Transferências e Delegações Concedidas"

Transferências e Delegações Líquidas	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Transferências e Delegações Recebidas	1.490.874.250	2.087.279.154	2.251.806.298	3.256.589.953
Transferências e Delegações Concedidas	1.415.597.209	1.698.931.785	1.456.469.731	1.810.346.491
Total	75.277.041	388.347.369	795.336.567	1.446.243.462

Cabe destacar que as Demonstrações Contábeis extraídas do SIAFI não dispõem de parametrização para identificar e excluir, de forma sistematizada, as transações realizadas entre unidades no âmbito do MPO. Da forma como a DVP é originalmente extraída, as informações produzidas não refletem de modo adequado a realidade, podendo distorcer o entendimento quanto às referidas transações.